

FH: desobediência é “irresponsável”

■ Presidente condena intenção de prefeitos como Raul Pont, que não pretendem respeitar limite de gastos da Lei Fiscal

JOSE MITCHELL

Na visita de três horas ao Rio Grande do Sul, para inaugurar a ampliação do pólo petroquímico gaúcho, Fernando Henrique declarou ser “contra a guerra fiscal”, apoiando críticas do governador Olívio Dutra. Ele disse compreender a iniciativa de Olívio de sobretaxar produtos que venham de outros estados com subsídios fiscais. “É como disse para o governador Mário Covas (primeiro a adotar medida). Havendo guerra, na guerra é como na guerra. Por isso, é ruim; porque obriga todo mundo a ficar na guerra fiscal.”

Manifestação de 250 petroquímicos ligados à CUT foi mantida a mais de um quilômetro da cerimônia pela Polícia Federal, Brigada Militar e Exército. Nos cartazes se lia “FHC, traidor da nação” e “Fora FHC e FMI”.

PORTO ALEGRE – Ao frisar que “o tempo de impunidade acabou no Brasil”, o presidente Fernando Henrique Cardoso advertiu ontem que “todos vão ter de cumprir a Lei da Responsabilidade Fiscal”, citando o segundo projeto em exame no Congresso, que estabelece regras e penas. Ele criticou os que afirmam que não cumprirão a lei, numa referência ao prefeito da capital gaúcha, Raul Pont (PT). Fernando Henrique classificou a intenção de “altamente irresponsável”, sobretudo se a pessoa está num cargo público, considerando-a “um erro sob o ponto de vista da democracia”.

“Não se trata do arbítrio da autoridade maior, mas do devido processo da lei. Todos vão cumprir a lei. Eu vou cumprir a lei que atinge a mim. A população não aguenta mais impunidade e os tribunais estão aí para isso.”

Transição – Ele negou a possibilidade de um prazo de transição para as prefeituras se adaptarem à legislação, uma vez que o projeto já foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado.

O prefeito Raul Pont contestou ontem mesmo o presidente, garantindo que continuará a conceder reajustes bimestrais ao funcionalismo, mesmo ultrapassando 65% da receita, o que é proibido pela nova lei. “Quem dá mau exemplo é o governo federal, que não cumpre a lei e o pacto federativo, ao desvincular parte da receita do orçamento para sua livre movimentação, ou quando compromete mais de 60% das receitas federais no pagamento de dívidas, afrontando os princípios da soberania nacional e do pacto federativo.”

Intervenção – Pont foi além: “Nós provamos que é possível ter equilíbrio fiscal, sem arrochar salários ou demitir, enquanto o governo federal demite, arrocha salários e mantém total subordinação aos banqueiros. Ele (presidente) não pode dar lições de moral a ninguém. Vou manter a política salarial aprovada por lei municipal. Se um presidente pode interferir na ação de um prefeito, é melhor acabar com eleições e nomear interventores.”